

enti
ndes
n
to

XII COLÓQUIO
DE OUTONO

Vozes, Discursos e Identidades em Conflito

ORGANIZAÇÃO

ANA GABRIELA MACEDO
CARLOS MENDES DE SOUSA
VÍTOR MOURA

vozes,
Discur
sos e
Iden



Universidade do Minho
Centro de Estudos Humanísticos

XII COLÓQUIO DE OUTONO

VOZES, DISCURSOS E IDENTIDADES EM CONFLITO

ORGANIZAÇÃO

Ana Gabriela Macedo

Carlos Mendes de Sousa

Vítor Moura

(Revisão de textos de Bernarda Esteves)

húmus



Universidade do Minho
Centro de Estudos Humanísticos

**XII COLÓQUIO DE OUTONO
VOZES, DISCURSOS E IDENTIDADES EM CONFLITO**

Organização: Ana Gabriela Macedo; Carlos Mendes de Sousa e Vítor Moura

Capa: António Pedro

Edição do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho

© EDIÇÕES HÚMUS, 2011

End. Postal: Apartado 7081 – 4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Tel. 252 301 382 / Fax 252 317 555

E-mail: humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V.N. Famalicão

1.ª edição: Novembro 2011

Depósito legal: 335941/11

ISBN 978-989-8139-99-3

FIGURAÇÕES SINEDÓQUICAS DA CRISE EM EÇA DE QUEIRÓS

Maria João Simões
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Esclarecer o conceito de vida activa e pensar a actuação do homem na esfera pública é um dos objectivos da obra *A Condição Humana* de Hannah Arendt, afirmando a autora que:

“... a tarefa e a grandeza dos mortais têm a ver com a sua capacidade de produzir coisas – obras e feitos e palavras – que mereciam pertencer e, pelo menos até certo ponto, pertencem à eternidade, de modo que, através delas, os mortais possam encontrar o seu lugar nos cosmos onde tudo é imortal excepto eles próprios.” (Arendt, 2002: 31)

Embora as suas reflexões sejam profundamente filosóficas, Hannah Arendt preferia que a considerassem uma politóloga, pois a sua preocupação dirige-se sobretudo para as consequências práticas do pensamento, questionando a relação do homem com o mundo:

“*A vita activa*, ou seja a vida humana na medida em que se empenha efectivamente em fazer algo, tem raízes permanentes num mundo de homens ou de coisas feitas pelos homens, um mundo que ela jamais abandona ou chega a transcender completamente.” (Arendt, 2002: 38)

De entre as múltiplas questões caras a Eça de Queirós, também esta questão da acção é uma das mais importantes. Com efeito, o escritor, à boa maneira realista, pugnou arduamente contra a passividade, chamando a atenção para as consequências da inércia, do conformismo e da estagnação individual e social. O desenho de algumas das suas principais personagens revelam isto mesmo – bastar pensarmos em Carlos da Maia e nos seus projectos de ter consultório, de montar um laboratório e de criar uma revista, ou em Gonçalo Mendes Ramires em luta constante contra a inércia a que o votava a sua situação de aristocrata de província falido.

Tão premente é esta ideia da necessidade de acção que o autor a coloca até na configuração do seu dândi e diletante Fradique, chegando a refutar a crítica do parisiense Alceste sobre a inacção de Fradique^[1], precisamente para conferir um matiz particular ao seu diletantismo:

“Nada menos reflectido que as designações de *indolência*, *indiferença* repetidamente (...) para marcar com precisão a natureza de Fradique. Ele foi, ao contrário, um homem todo de paixão, de acção, de tenaz labor. E escassamente pode ser acusado de *indolência*, de *indiferença*, quem, como ele, fez duas campanhas, apostolou uma religião, trilhou os cinco continentes, absorveu tantas civilizações, percorreu todo o saber do seu tempo.” (Queirós, CFM, Vol. 2, 1979: 1032)

Mas se Fradique esgota todo o seu labor na absorção de formas múltiplas de existir e pensar, é porque não acredita no homem de acção, sobretudo em Portugal, nutrindo “pelos políticos todos os horrores”. (Queirós, CFM, Vol. 2, 1979: 1022).

A frouxidão do homem político português, para Fradique está interligada com o laxismo do Estado – eis a razão pela qual Fradique pode afirmar que o Estado gosta do comendador Pinho, um útil prestamista, porque dum “Pinho nunca pode sair ideia ou acto, afirmação ou negação, que desmanche a paz do Estado.”^[2] Assim gordo e quieto, colado sobre o organismo social, não con-

1 Segundo o narrador, numa “carta dirigida a Oliveira Martins, de 1883, Fradique diz: ‘ – O homem, como os antigos reis do Oriente, não se deve mostrar aos seus semelhantes senão única e serenamente *ocupado no ofício de reinar – isto é, de pensar*’.” (Queirós, CFM, Vol.2, 1979: 1011).

2 E Fradique explica o que o Comendador Pinho representa socialmente: “Socialmente, Pinho é um lobinho: e nos nossos tempos, em que o Estado está cheio de elementos mórbidos, que o parasitam, o sugam, o infeccionam e o sobreexcitam, esta inofensibilidade de Pinho pode

correndo para o seu movimento, mas não o contrariando também, Pinho apresenta todos os caracteres duma excrescência sebácea”. (Queirós, CFM, Vol. 2, 1979: 1075).

O que Eça aponta aqui é essa pulverização da responsabilidade e do poder identificada por Michel Foucault que afirma que o poder “é veiculado por uma rede capilar tão estreita que nos perguntamos onde poderá não existir poder”. A ordem e o progresso, como princípios da sociedade capitalista, acabam sendo contraditórios e uma vez instaurada uma ordem logo se torna um *statu quo* cristalizado e imobilista, instituindo o que M. Foucault chama “um dispositivo de saber-poder” (*apud*, Veyne, 2009: 100), com as suas próprias verdades inabaláveis.

O que Eça claramente identifica é a relação entre um poder estabelecido e a sua verdade, os quais, para perdurarem e persistirem, criam conselheiros Acácios às molhadas. Porém, pela sua improdutividade e nulidade o acacianismo precipita a CRISE – os Acácios são, ao fim e ao cabo, catalisadores das CRISES (político-económicas).

A composição típica da conselheiral figura, plasmada nos diversos conselheiros da obra queirosiana, veicula a representação da *nulidade* e a figuração da *vacuidade* e da *inoperacionalidade* da política portuguesa.

O Conselheiro Gama Torres d’O *Conde de Abranhos* é, neste sentido, um exemplar elucidativo, conseguindo o romancista, com umas breves pinceladas, desenhar esta figura que Zagalo, pressurosamente, logo encaixa na tipologia a que pertence:

“Os fundadores da *Bandeira*, moços ambiciosos (...) tinham encontrado um patrono num homem político, alta figura de relevo na história Constitucional, o conselheiro Gama Torres. (...)...todos sabiam que por trás daquele olhar parado um mundo de ideias fermentava.

É curioso observar quantos homens públicos do nosso país têm esta aparência apagada, vazia, vaga, abstracta, sonâmbula; e, todavia, eu (...) sei quanto génio habita em segredo naquelas cabeças calvas ou cabeludas, a que os superficiais (...) acham um aspecto alvar. É que nós somos uma raça reservada, inimiga da ostentação e das atitudes (...).

mesmo (em relação aos interesses da ordem ser considerada como qualidade meritória, Por isso o Estado, segundo corre, o vai criar barão.” (Queirós, CFM, Vol. 2, 1979: 1076).

[O conselheiro] não gostava de fazer a esmola de uma ideia. Não o censuro, pois (...) ele dava todo o seu tempo e todo o seu génio às grandes questões sociais. (...).

...lembro-me de o ter visto, uma noite, em Casa do Conde, numa ocasião de crise ministerial, e nunca esquecerei a terrível impressão que me deixou aquele grande homem, de pé no meio da sala, esgazeando o olhar em redor e dizendo cavamente:

– Os senhores podem crê-lo, nem tudo são chalaças; ele há questões terríveis... A prostituição, o pauperismo, o ultramontanismo... Questões terríveis.” (Queirós, CA, Vol. 3, 1979: 327).

O talentoso Pacheco é, também, um exemplar acabado deste tipo de nulidade, uma vez que “não deu ao seu País nem uma obra, nem uma fundação, nem um livro, nem uma ideia”, nem nada que representasse um “acréscimo na civilização portuguesa”. (Queirós, CFM, Vol. 2, 1979: 1064).

Pacheco é o negativo de um homem que de facto seja uma mais-valia para a sociedade e para a Humanidade – dum verdadeiro homem político, segundo Eça.

Na sua explicação do *homo faber*, Hannah Arendt esclarece esta ligação entre a acção, a política e o social:

Só a acção é prerrogativa exclusiva do homem, nem um animal nem um deus é capaz de acção, e só a acção depende inteiramente da constante presença de outros.

Esta relação especial entre a acção e a vida em comum parece justificar a antiga tradução do *zoon politikon* de Aristóteles com *animal socialis* que (...) foi aceite como tradução consagrada: *homo est naturaliter politicus, id est, socialis* (“o homem é, por natureza, político, isto é social”). (Arendt, 2002: 39).

Em Eça, no entanto, a valorização da acção não é aceitável a qualquer preço, como se pode ver nas críticas de “cesarismo, misticismo, sargentismo, burocratismo e voluntarismo” (Queirós, EP, Vol. 2, 1979: 1131) endereçadas a Guilherme II da Alemanha, insinuando que o imperador possa ser um viciado da acção, tanto mais que a usa licenciosamente:

“... eu antes penso que o imperador Guilherme é simplesmente um *diletante da acção* – quero dizer um homem que ama fortemente a acção,

compreende e sente com superior intensidade os prazeres infinitos que ela oferece, e a deseja portanto experimentar e gozar em todas as formas permissíveis da nossa civilização: Os diletantes são-no geralmente de ideias ou de emoções – [eu] se tentasse ser um diletante da acção, nas suas expressões mais altas, comandar um exército, reformar uma sociedade, edificar cidades, teria de possuir, não uma livraria, mas um império submisso. Guilherme II possui esse império; e hoje que se libertou da dura superintendência do velho Bismarck pode abandonar-se ao seu insaciável diletantismo da acção com a licença «com que o corcel novo (como diz a Bíblia) galopa no deserto mudo».” (Queirós, EP, Vol. 2, 1979: 1131).

A reforçar esta preocupação com a acção surge, na ficção queirosiana, a consciência que muitas das personagens mais esclarecidas têm da inoperância e da inactividade dos homens políticos e dos que têm responsabilidades decisórias, e também da passividade e inércia portuguesas^[3]. É bem conhecida a crítica à “mesmice” e ao carácter frouxo dos políticos n’*Os Maias*, muitas vezes veiculada em “perspectiva movente” (segundo a conceptualização teórica de Lilian Furst^[4]): no caso deste romance, sobretudo a perspectiva de Ega e a de Carlos da Maia.

Ora uma das figurações da crise na ficção queirosiana está relacionada com uma reacção típica dos políticos perante uma situação de crise: trata-se do que se pode designar por *retracção estratégica* e que consiste num apaga-

3 A passividade dos homens políticos não é exclusiva dos portugueses – basta pensar na figura de Steinbroken, o diplomata filandês de *Os Maias* que, embora não mostre agir, vive da aparência de seriedade de tal modo que diz a Carlos que não pode aceitar o não “oferecimento de Afonso da Maia, que pusera à sua disposição Sta. Olavia, para ele se restabelecer nesses ares fortes e limpos do Douro. (...) Mas, infelizmente, Sta. Olavia era longe, tão longe!... Tinha de se contentar com Sintra, de onde podia vir todas as semanas, uma, duas vezes, vigiar a Legação. *C’était enuyeux, mais...* A Europa estava num desses momentos de crise, em que homens de estado, diplomatas, não podiam afastar-se, gozar as menores ferias. Precisavam estar ali, na brecha, observando, informando...

- *C’est très grave*, murmurou ele, parando, com um pavor vago no olhar azulado... *C’est excessivement grave!*

Pediu a Carlos que olhasse em torno de si para a Europa. Por toda a parte uma confusão, um *gâchis*. Aqui a questão do Oriente; além o socialismo; por cima o Papa, a complicar tudo... Oh, *très grave!* (Queirós, OM, Vol. 2, 1979: 142).

4 Lilian Furst considera que os romances realistas se caracterizam não apenas pela utilização da omnisciência do narrador mas também por uma “movência da perspectiva”, uma vez que o leitor tem acesso à história muitas vezes através da perspectivas de várias personagens – cf. Furst, 2005: 63.

mento estratégico em tempos de crise. Tal reacção surge bem representada pelo Conde de Gouvarinho no cap. XV d’*Os Maias*:

“Mas, exclamou logo o Ega, crise porquê, assim em pleno remanso, com as câmaras fechadas, tudo contente, um tão lindo tempo de outono?

O Gouvarinho encolheu os ombros com reserva. (...) o presidente do conselho fora ao paço (...) determinado a «largar o poder»... Não sabia mais. (...) Como noutras ocasiões de crise, conservara-se retirado, calado, esperando... (...)

Isto parecia a Carlos uma abstenção pouco patriótica...

– Porque enfim, Gouvarinho, se os seus amigos subirem...

– Exactamente por isso, acudiu o conde (...), não desejo pôr-me em evidência... Tenho o meu orgulho (...)... Se a minha experiência, a minha palavra, o meu nome são necessários, os meus correligionários sabem onde eu estou, venham pedir-mos.” (Queirós, OM, Vol. 2, 1979: 379).

Neste romance encontramos também algumas das figurações mais radicais dos modos de reagir perante a inevitável crise económica para a qual o país caminha – a bancarrota. E Portugal caminha para a bancarrota, não a trote mas num “galopezinho muito seguro e muito a direito”, como afirma Cohen, no célebre jantar do Hotel Central.

Ega exulta perante a possibilidade do país entrar em bancarrota porque isso não seria senão o prelúdio da Revolução que iria “varrer a monarquia” e a sociedade velha. E, como solução radical, defende, como é sabido, a “invasão espanhola”, pois só ela poderia fazer ressurgir o espírito patriótico que nos salvasse, ainda que tal nos ficasse muito oneroso, pois pagaríamos as previsíveis alianças com as “colónias que só nos servem, como a prata de família aos morgados arruinados, para ir empenhando em casos de crise...” (Queirós, OM, Vol. 2, 1979: 118).

Porém, se, sob perigo de perda da independência, Ega patrioticamente pensa que a tarefa poderia regenerar o país e Alencar ainda pegaria numa espingarda, já Dâmaso Salcede depressa fugiria.

A *fuga* é assim outra figuração relacionada com a crise: Dâmaso representa sinodoicamente esta reacção de “virar costas e fugir”, ou seja, deste reactivo “escapular-se” Dâmaso será apenas um exemplo de entre muitos, como muito bem percebe e esclarece Ega:

“E no silêncio que se fez Dâmaso (...) ergueu a voz pausadamente, disse, com um ar de bom senso e de finura:

– Se as coisas chegassem a esse ponto, se pusessem assim feias, eu cá, à cautela, ia-me raspando para Paris...

Ega triunfou, pulou de gosto na cadeira. Eis ali, no lábio sintético de Dâmaso, o grito espontâneo e genuíno do brio português! Raspar-se, pírar-se!...” (Queirós, OM, Vol. 2, 1979: 119)

Afátua histeria patriótica é outra figuração reactiva à crise política, sendo habilmente representada por Eça na caricatura de alguns políticos. Tal é, por exemplo, a reacção do Conde de Abranhos, de acordo com o relato do seu fiel secretário Zagalo, o qual não pôde ir ver a *revolução* por ser caro o preço da tipóia que o levaria a Belém presenciar o *pronunciamento* militar. Quando se confirma a revolta Zagalo corre ao jornal *Estandarte* onde o Conde “fazia oposição” e ouve a sua reacção inicial:

“... «precipitara-se para o seu posto, desde que soubera da crise da Pátria!»

Se houvesse guerra civil, ele queria bater-se em defesa da Carta e da Legalidade (...). Se não houvesse guerra civil, pensava combater a ditadura militar (...)” (Queirós, CA, Vol. 3, 1979: 388).

Ora nesse mesmo dia, à noite, quase aceita vir a ser Ministro da Justiça quando é contactado por um primo do general – só não o faz por calculismo astuto e prudente de quem não quer perder futuras oportunidades por se juntar-se a um governo “inconstitucional”.

Outra figuração da crise é a do *bode expiatório* da crise.

Esta situação surge explicitada numa das suas *Cartas de Inglaterra*, de 1881^[5], onde Eça fala sobre a perseguição dos judeus e a política abstencionista de Bismarck:

“Os jornais ingleses não compreendem a atitude do senhor de Bismarck aprovando tacitamente o movimento antijudaico. É fácil de perceber; é um rasgo de génio do chanceler. (...)”

5 Trata-se de mais uma das várias cartas enviadas para a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, publicada a 7 de Janeiro de 1881, no nº 7 do Ano VII, com o título “Cartas de Inglaterra: A perseguição dos judeus”, coleccionada por Luís de Magalhães em *Cartas de Inglaterra* (1905) com o título “Israelismo”. (GUERRA DA CAL, Tomo I, 1975: 218 e 323).

Na Meia Idade, todas as vezes que o excesso dos males públicos, a peste ou a fome desesperava as populações; todas as vezes que o homem escravizado, esmagado e explorado mostrava sinais de revolta, a Igreja e o príncipe apressavam-se a dizer-lhe: «Bem vemos, tu sofres! Mas a culpa é tua. É que o judeu matou Nosso Senhor e tu ainda não castigaste suficientemente o judeu.» A população então atirava-se aos judeus (...) Quando a besta popular mostrava sede de sangue –servia-se à canalha sangue israelita.

É justamente o que faz, em proporções civilizadas, o senhor de Bismarck. A Alemanha sofre e murmura: a prolongada crise comercial, as más colheitas, o excesso de impostos, o pesado serviço militar, a decadência industrial, tudo isto traz a classe média irritada. (...)

... à falta de uma guerra, o príncipe de Bismarck distrai a atenção do alemão esfomeado – apontando-lhe para o judeu enriquecido.” (Queirós, CI, Vol. 2, 1979: 533)

Aliás, a Alemanha, apesar de surgir no panorama político europeu como uma torre maciça enquanto potência económica não escapa à doença da CRISE que assola o velho continente, como Eça mostra no conhecido texto intitulado “Europa”, de 1888^[6].

Neste texto, é a própria Europa que surge figurada como uma entidade estruturalmente vulnerável à crise e a argumentação de Eça caminha no sentido de revelar o modo como a crise é um factor endógeno à própria existência da Europa. Trata-se de um texto onde Eça faz um lúcido e exaustivo diagnóstico do estado reiterado de crise em que caem os diversos países, sendo a metáfora do hospital claramente explicitada desde o princípio do texto – a isotopia da doença mantém-se ao longo do texto através das mais variadas expressões: chagas, lesões, etc.. Eça mostra uma Europa constantemente atravessada não só pelas cíclicas CRISES do desenvolvimento económico, como também por diversificadas CRISES políticas com múltiplas raízes fasciculadas presas à sua longa história – crises essas que são rizomaticamente propagáveis aos países vizinhos. O escritor explica detalhadamente as vulnerabilidades dos diversos países e, no que diz respeito a Portugal, aponta um mal acrescido: a tagarelice, pois “enquanto quanto à tormentas sociais nas outras naus se trabalha, na nossa rota e rasa caravela tagarela-se.” (Queirós, NC, Vol.2, 1979: 1467).

6 Trata-se de um texto enviado de Bristol para a *Gazeta de Notícias*, cinco meses antes de Eça ser transferido para Paris.

O prognóstico deste nosso mal já era terrível no tempo de Eça, e, de então para cá, não tem melhorado – como recentemente Mário de Carvalho pôs em evidência nessa fustigante sátira ao Portugal contemporâneo que é a sua obra *Fantasia para Dois Coronéis e uma Piscina*. Para este autor, este mal atinge Portugal como uma doença crónica, pois, na verdade, o nosso “país não tem nada a dizer, a ensinar, a comunicar. O país quer aturdir-se. E a tagarelice é o meio de aturdimento mais à mão”^[7], sendo o “falatório”, na verdade, “causa de inúmeros despautérios, frouxas produtividades e más-criações.” Ninguém está imune à doença: ela atinge todas as profissões e todas as classes – sobretudo com a praga dos telemóveis: “Passam-se dias, meses, anos, remoem as depressões, adejam perigos e o país a falajar, falajar, falajar.” (Carvalho, 2003: 11).

Neste país tagarela aliás, segundo Eça, não só “a «crise» é a condição quase regular”, como acontece por toda a Europa, como, para além disso, é tudo tão confuso que não se sabe quando começa ou finda a crise. Ficcionalmente é esta mesma ideia que surge plasmada na hesitação do narrador d’O *Conde de Abranhos*, quando afirma: “Mas, finalmente, a crise veio – ou antes findou.” (Queirós, CA, Vol. 3, 1979: 395).

A ficção queirosiana apresenta ainda, reiteradamente, uma outra abordagem da crise: aquela que parte da “crise individual amorosa” e da “crise familiar”, com um efeito repercussivo generalizante. De facto, trata-se de crises que funcionam como uma espécie de *microcosmos* sinedóquico do que se passa a nível nacional.

Com efeito, as principais personagens queirosianas são, de variegadas formas, atingidas por uma crise na sua vida que não conseguem vencer de modo digno: Pedro da Maia, João da Ega^[8] e, destacadamente, Carlos da Maia.

O mesmo se passa com as personagens femininas – como é exemplo o caso de Luísa a quem a crise chega pela chantagem de Juliana. Tal não é de

7 O início desta obra de Mário de Carvalho é pautado por um a fortíssima tonalidade satírica: «Assola o país uma pulsão coloquial que põe toda a gente em estado frenético de tagarelice, numa multiplicação ansiosa de duos, trios, ensambles, coros... fervem rumorejos, conversas, vozeios, brados que abafam e escamoteiam a paciência de alguns, os vagares de muitos, e o bom senso de todos. O falatório é causa de inúmeros despautérios (...).» (Carvalho, 2003:10)

8 Recorde-se que, no clímax da sua crise amorosa com Raquel Cohen, Ega “queixou-se de não ter amigos. Ali estava, na maior crise da sua vida...” (Queirós, OM, Vol.2, 1979: 191).

admirar se nos lembrarmos do que Eça diz sobre a educação das mulheres n'As *Farpas*:

“Uma menina portuguesa, não tem iniciativa (...). Precisa ser (...) governada; de outro modo, (...) fica no meio da vida, com os braços caídos. Perante (...) uma *crise* de família, uma situação difícil, rezam. Têm a fé abstracta que só Deus (...) pode (...) dar-lhes a decisão (...) : mas terminam quase sempre por seguir o conselho da criada.” (Queirós, UCA, Vol. 3, 1979: 1205).

Aqui é bem visível como argumentação de Eça caminha do particular para o geral. E neste caminho do particular ao geral, muito próprio dos realistas, é fácil ver a preocupação social do escritor. Eça sabe bem que estas crises industriais “nascida[s] da necessidade que a prolífica e atulhada [nação] tem de vender o que fabrica, para comprar o que come – necessidade implacável que a força (...) a arranjar povos vassallos, para obter povos fregueses”, traz como consequência essa “afluência tumultuária às cidades, fazendo que o trabalho cada vez rareie mais, sob a indefinida multiplicação da plebe operária; e daí a formação dessas turbas esqueléticas de proletários esfomeados e regelados, sem lugar na sociedade”.

Se Eça afirma isto em 1888, já em 1867, com 22 anos, estava consciente de que quem verdadeiramente paga toda a crise é o Povo de todo mundo – os homens que nos vestem e nos alimentam e a quem o “mundo oficial” despreza, não “vela[ndo] por eles”, “deix[ando]-lhes morrer a alma” e não os instruindo:

“Há no mundo uma raça de homens com instintos sagrados e luminosos (...) que sofrem, que se lamentam em vão.

Estes homens são o Povo. (...)

Estes homens, nos tempos de lutas e de crises, tomam as velhas armas da Pátria e vão (...) combater e morrer longe dos filhos e das mães, sem ventura (...), para que nós conservemos o nosso descanso opulento.” (Queirós, PJ-DE, Vol. 4, 1986: 349)

E Eça termina este fortíssimo texto com uma conclusão que é simultaneamente um apelo:

É por isso que os que tem coração e alma, e amam a Justiça, devem lutar e combater pelo Povo. (*Idem*).

Referências:

- ARENDET, Hannah (2002) *A Condição Humana*, Lisboa, Relógio de Água.
- CARVALHO, Mário de (2003) *Fantasia Para Dois Coronéis e Uma Piscina*, Lisboa, Caminho, 2003.
- FURST, Lilian (1995) *All is True. Claims and Strategies of Realist Fiction*, Durham /London, Duke University Press.
- DA CAL, Ernesto Guerra DA CAL, Ernesto Guerra (1975) *Lengua y Estilo de Eça de Queiroz, Apéndice. Bibliografía Queirociana Sistemática y anotada e Iconografía del Hombre y de la Obra*, Tomo I, 1975; Tomo II, A e B, 1976; Tomo III, 1980; Tomo IV, 1984; Tomo V, 1984; Coimbra, Por Ordem da Universidade.
- QUEIRÓS, Eça de (1979) *Obras de Eça de Queirós*, I, II e III ; Vol. IV (1986), Porto, Lello & Irmão Editores.
- VEYNE, Paul (2009) *Foucault. O pensamento, a pessoa*, Lisboa, Texto & Grafia.